



## Breve Metametodologia das Ciências Sociais\*

Brief Metamethodology of Social Sciences

Cynthia Lins Hamlin

### Resumo.

O propósito deste artigo é demonstrar que as questões metodológicas, entendidas no sentido da reflexão crítica de todas as etapas envolvidas no processo de pesquisa, estão no cerne das ciências sociais desde sua institucionalização. A fim de demonstrar isso, discorro brevemente sobre o processo de institucionalização da sociologia a partir da obra dos chamados “pais fundadores”. Argumento que as suas posições metodológicas estão indissociavelmente ligadas a questões ontológicas, epistemológicas e teóricas marcadas por um debate implícito entre cientificismo e humanismo, com ênfase em uma concepção positivista de ciência. Esta concepção torna-se hegemônica com a internacionalização da sociologia no Pós-Guerra. Na década de 1960, o cientificismo positivista é questionado, abrindo espaço para concepções alternativas de ciência e de tradições de caráter mais humanístico, conforme representado pelo pragmatismo, pela fenomenologia, pela filosofia da linguagem, dentre outros. A crítica aos elementos da filosofia moderna que fundamentam a produção científica, nos 80’, terminam por expandir as reflexões metodológicas no sentido da inclusão de questões relativas aos significados, aplicações e outros elementos relativos à cultura e à prática científica.

**Palavras-chave:** metodologia, cientificismo, humanismo, posmodernismo.

### Abstract.

The aim of this paper is to show that methodological issues, understood as the critical reflection of all research stages, have been central to the social sciences since their institutionalization. In order to show this, I undertake a brief analysis of the institutionalization process of sociology based on the work of the so-called “founding fathers”. I argue that their methodological positions are indissociably linked to ontological, epistemological and theoretical issues marked by an implicit debate between scientism and humanism, with emphasis on a positivist conception of science. The latter becomes hegemonic following the internationalization process of sociology during the Post-War period. In the 1960’s, positivist scientism is challenged, allowing for the inclusion of alternative conceptions of science and of humanistically oriented traditions such as presented by pragmatism, phenomenology, the philosophy of language etc. The critique, from the 1980’s onwards, of those elements of modern philosophy which represent the very foundations of scientific production end up by expanding methodological concerns in order to include issues such as the meaning, applications and other elements relating to scientific practice and culture.

**Key Words:** methodology, scientism, humanism, postmodernism.

\* Agradeço a Otaviano Pessoa, Frédéric Vandenberghe, Ricardo Antunes, Luciano Oliveira, Silke Weber e Maria Eduarda Rocha pelas generosas e pacientes contribuições a diferentes partes deste artigo. Possíveis erros e omissões são, entretanto, de minha inteira responsabilidade.

*“As ciências naturais falam de seus resultados.*

*As ciências sociais, de seus métodos”.*

A epígrafe acima, atribuída a Henri Poincaré (cf. Gerring, 2001: xi), aponta para o caráter reflexivo das ciências sociais, um caráter interpretado por muitos como sinal de sua imaturidade intrínseca. Tal interpretação deriva de uma perspectiva extremamente simplista de acordo com a qual a reflexão acerca de questões supra-empíricas - relativas, por exemplo, à formação de conceitos, à natureza das relações causais, do que constitui a realidade, a verdade, a objetividade, assim como das técnicas e instrumentos mais adequados para apreender o real - devem ser meramente pressupostas, mas nunca debatidas entre os cientistas naturais, exceto naquilo que Thomas Kuhn (1989) caracterizou como crises paradigmáticas. Ainda que autores como o próprio Kuhn e, por vias bastante diversas, Gadamer, Latour, dentre outros, tenham contribuído para a ideia de que essas práticas são irremediavelmente contaminadas por preconceitos e visões de mundo, permanece como hegemônica a noção de que as questões metodológicas podem e devem ser excluídas das ciências naturais.<sup>1</sup>

Em contraste com isso, a metodologia sempre assumiu um papel central nas ciências sociais. Pretendo argumentar aqui que, longe de representar um sinal de imaturidade, as questões metodológicas não apenas são constitutivas destas, mas representam uma prática reflexiva saudável. Neste sentido, o propósito deste artigo é tentar promover uma reflexão sobre o papel da metodologia nas ciências sociais: uma metametodologia, por assim dizer. Dadas as limitações de espaço, limitar-me-ei a uma breve exposição da forma como as questões metodológicas estiveram no cerne do processo de institucionalização das ciências sociais (da sociologia, em particular), ajudando a delimitar o contorno da área. O foco do artigo refere-se, portanto, àquelas gerações de sociólogos mais diretamente envolvidas no processo de institucionalização da sociologia, o que significa dizer também em seu processo de internacionalização no Pós-Guerra.

De forma geral, o termo “metodologia” refere-se a duas áreas de interesse nas ciências sociais: “questões derivadas de, e relacionadas a, perspectivas teóricas, como a metodologia funcionalista, marxista ou feminista; e, segundo, questões de técnicas, conceitos e métodos de pesquisa específicos” (Outhwaite e Turner, 2007: 2). Longe de caracterizarem uma mera descrição de métodos e técnicas de pesquisa, as reflexões metodológicas estão indissociavelmente ligadas a um conjunto de questões metateóricas relacionadas à ontologia, à epistemologia e à teoria, quer isso seja feito de forma explícita ou não. De fato, como a própria origem etimológica do termo “método” (de *meta* - depois, além - e *hodos*, caminho) indica, a metodologia refere-se ao estudo dos caminhos adotados na pesquisa: trata-se de uma espécie de elemento de ligação entre o empírico e o supra-empírico, entre a realidade e tudo aquilo que é construído e acionado por nós para apreendê-la. Sendo assim, diz respeito à reflexão sobre todas as etapas envolvidas na produção de conhecimento sobre o mundo empírico que, no caso das ciências sociais nascentes, assumiu características particulares.

---

<sup>1</sup> Não se trata, obviamente, de uma ausência de reflexão acerca dos significados das práticas dos cientistas, conforme atestam a obra de autores tão diversos quanto Bruno Latour, Steve Fuller ou Michel Foucault, mas do fato de que essas reflexões são efetuadas de “fora” da ciência. Como Harding certa vez declarou em uma entrevista, “as tradições dominantes na ciência sempre evitaram lidar com os significados da ciência. [...] Elas tentaram restringir suas preocupações às referências da ciência [e] consideram ‘não-científicos’ seus significados, instituições, tecnologias, aplicações e uma série de aspectos da ciência relativos à cultura e à prática” (Hirsch e Olson, 1995). Exceções importantes têm, entretanto, aparecido, como é o caso de Anne Fausto-Sterling, cujas reflexões acerca das políticas de gênero na construção de conceitos etc. são efetuadas de “dentro” da biologia (cf. Fausto-Sterling, 2000).

## Sociologia e Positivismo

O processo de diferenciação, especialização e profissionalização de áreas como a economia política ou a filosofia social que deu origem às ciências sociais modernas no século XIX baseou-se em uma concepção de ciência popularizada - e, em larga medida, construída - pelo positivismo. Se a profissionalização pôde ser alcançada com a especialização disciplinar, a autoridade dessas disciplinas fundamentou-se num processo de “cientificação” segundo o qual os cientistas sociais deveriam ser, antes de tudo, cientistas (Manicas, 2007). Isto, obviamente, ocorreu em detrimento de toda uma tradição humanista que, embora tenha permanecido viva e numa relação patente de antagonismo ao cientificismo positivista, gerou a necessidade de se justificar em que medida estas ciências poderiam ou deveriam se guiar pelos mesmos pressupostos e objetivos das ciências naturais.

De uma determinada perspectiva, a sociologia é filha do positivismo. No sentido específico que pretendo dar a esta afirmação, isso quer dizer que o processo de sua institucionalização se dá a partir de uma concepção de atribuição, justificação e validação de conhecimento iniciada a partir de Comte, em meados do século XIX, retomada e desenvolvida pelo Círculo de Viena, nos anos de 1920, quando assume sua forma mais radical. De acordo com esta última, o conhecimento é totalmente identificado com a ciência (cientificismo), todo o resto sendo reduzido a mera baboseira metafísica, considerada desprovida de sentido. A ciência, por sua vez, é definida em termos da primazia de uma linguagem observacional baseada em uma concepção de razão identificada ao conceito kantiano de *Verstand* (o entendimento do mundo fundamentado na experiência do dado) e não ao de *Vernunft* o entendimento, especulativo, de um mundo transcendente, que está além do que se apresenta diretamente aos sentidos<sup>2</sup> (Bryant, 1985). Considera-se, ainda, a unidade do método científico (naturalismo), a neutralidade axiológica com base na separação humeana entre fato e valor, e uma valorização do verificacionismo.

Certamente que nem todas essas ideias foram diretamente aplicadas, tendo, inclusive, sido desenvolvidas em direções distintas. De fato, “positivismo” é um dos termos mais polissêmicos das ciências sociais. Em um pequeno livro sobre o tema, Peter Halfpenny (1982) chega a identificar 14 sentidos diferentes para o termo, atribuídos por positivistas e por anti-positivistas. Alguns desses sentidos são claramente “inflacionados”, referindo-se a práticas tão difundidas entre nós que sua aplicação necessariamente levaria a uma definição da sociologia como a ciência positivista por excelência. Assim, por exemplo, positivismo às vezes é associado à busca pela generalização, à utilização de métodos estatísticos, à explicação causal, ao naturalismo.

Embora se possa afirmar que todas essas características estejam ligadas ao positivismo, elas não são suficientes para caracterizar uma dada abordagem como positivista. Em outros termos, são possíveis concepções não positivistas de naturalismo, de explicação causal, de generalizações empíricas e do uso de métodos estatísticos. De forma geral, entretanto, quando essas noções aparecem associadas a concepções empiristas (humeanas) de causalidade e de leis causais, de uma valorização excessiva de dados empíricos em detrimento da teoria, de uma concepção cientificista de conhecimento, de uma separação rígida entre fato e valor, dentre outras coisas, pode-se apostar que a teoria do conhecimento que guia as práticas de pesquisa em questão é positivista. Seja como for, foi em relação a muitas dessas ideias, tanto no sentido de aproximar-se como de distanciar-se delas, que as práticas dos primeiros sociólogos se orientaram, revelando suas preocupações metodológicas e as relações inevitáveis que se estabeleciam entre concepções particulares do que consistia a realidade social (uma ontologia), o conhecimento válido que se poderia construir acerca dela (uma epistemologia), as técnicas e instrumentos mais adequados para apreendê-la (um conjunto de métodos de coleta e análise de dados) e as explicações sobre seu funcionamento (as teorias). Isso é particularmente evidente nas obras dos chamados “pais fundadores” da sociologia.

Embora considerado um de seus “pais fundadores” e, sem dúvida alguma dotado daquilo que Wright Mills (1982) chamou de “imaginação sociológica”, de um ponto de vista estrito, Karl Marx não pode ser considerado sociólogo. Ao repudiar a sociologia por seu caráter fenomenalista

---

<sup>2</sup> Neste sentido, representa uma posição empiricista muito mais radical do que o positivismo comteano, que se opunha à redução da teoria como uma mera coleção de fatos empíricos e de relações lógicas entre ideias, como é o caso do positivismo do Círculo.

(cf. Marx e Engels, 1998), o pensamento marxiano efetua uma combinação particular de elementos científicos e humanistas que ajudaram a manter o marxismo fora do *mainstream* sociológico durante muito tempo. Ideias como objetividade,<sup>3</sup> presentes, por exemplo, em sua afirmação de que o método dialético possibilita “a reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 1985); o estabelecimento de leis históricas a fim de explicar o funcionamento e desenvolvimento de modos de produção específicos, dentre outras, estão tão intimamente relacionadas a uma tradição humanista de raízes hegelianas que a concepção de ciência subjacente ao pensamento de Marx dificilmente poderia ser assimilada por uma disciplina que se institucionaliza sob a égide do positivismo comteano.

Essa concepção de ciência de forma alguma estava apartada de uma concepção específica de realidade (isto é, de uma ontologia) e de um método particular de apreensão dessa realidade. Assim, além de uma ontologia social que estabelece o trabalho como definidor da “natureza” humana, uma ontologia mais geral, de cunho contra-fenomenalista, estabelece uma contradição fundamental entre aparência e realidade. De um ponto de vista teórico, esta ontologia que define o real como essencialmente contraditório confere sentido, por exemplo, a uma das características centrais do capitalismo: o fetichismo da mercadoria segundo o qual seu valor de troca é percebido como independente das relações sociais que estão em sua base (cf. Marx, 2010). De um ponto de vista epistemológico, a transfenomenalidade, ou a visão de que o conhecimento não pode se referir apenas às aparências, estabelece a necessidade de uma relação particular entre sujeito e objeto, conferindo ao primeiro um papel ativo na construção de conceitos (via processos lógicos de análise e síntese), situando a história no cerne da pesquisa social (embora isso não exclua a possibilidade do uso de métodos estatísticos, particularmente de cunho descritivo) e restringindo historicamente o valor de verdade dos conceitos construídos. Isso, certamente, representou um limite importante à incorporação do pensamento de Marx à sociologia nascente, particularmente na França de Comte e de Durkheim, e gerou apropriações distintas de sua obra por parte de sociólogos, que ora enfatizavam seu caráter mais “científico”, ora enfatizavam seu caráter humanista.

De uma perspectiva institucional, é Durkheim quem assume o posto de primeiro sociólogo. Como enfatiza Robert Jones (1986), foi a partir de um curso criado para ele em 1887, o “curso de ciência social e de pedagogia” da universidade de Bordeaux, que a sociologia entrou oficialmente no sistema universitário. Conhecida por sua tradição humanista em filosofia, história e direito, a Faculdade de Letras de Bordeaux apresentou inúmeras oposições à entrada de Durkheim. O que se temia era que, ao enfatizar a sociologia em detrimento das disciplinas tradicionalmente humanistas, Durkheim acabaria por estabelecer uma espécie de “imperialismo sociológico” que, em consequência de suas explicações a partir de fatos sociais, negasse a importância da liberdade individual e da responsabilidade moral dos indivíduos. Além disso, sua defesa da sociologia era interpretada por muitos, como resultado de uma abordagem “agressivamente científica” para todos os problemas, tudo o mais sendo reduzido a “misticismo, diletantismo e irracionalismo” (Jones, 1986: 2).

Não é certo, entretanto, que as tentativas de explicação do mundo social a partir de causas sociais tenham degenerado na abordagem “agressivamente científica” temida pelos humanistas. Pelo menos, não na obra substantiva de Durkheim que, sob diversos aspectos, distancia-se da concepção restrita de observação e de experiência presentes nas Regras do Método Sociológico. Tais concepções decorrem da concepção positivista segundo a qual o real pode ser reduzido ao empírico e fundamentam a prescrição de que os fatos sociais devem ser identificados e classificados exclusivamente com base em suas “características externas e imediatamente visíveis” (Durkheim 1980: 64).

De fato, o conceito de “consciência coletiva”, que inicialmente<sup>4</sup> assume o status de fato social por excelência, representando o núcleo de sua ontologia social, precisou ser defendido da acusação de que era “metafísico” por se encontrar fora do alcance da experiência. De forma semelhante, o conceito durkheimiano de sociedade como uma ordem *sui generis*, “além” e “acima” dos indivíduos que a compõem, foi considerado “moralmente aberrante” e “metodologicamente

---

<sup>3</sup> Objetividade não no sentido de neutralidade axiológica, mas, mais propriamente, de uma concepção de verdade como adequação entre o conceito e a realidade objetiva (ou entre o concreto pensado e o concreto real), fundamentada na distinção cartesiana entre sujeito e objeto.

<sup>4</sup> “Inicialmente” porque o conceito é paulatinamente substituído pelo de “representações coletivas” ao longo de sua obra.

equivocado” (Benton, 1977: 83), tanto por supostamente isentar os indivíduos de qualquer responsabilidade moral, quanto por se basear em elementos não observáveis. Neste sentido, é no mínimo estranho que obra metodológica de Durkheim - que consiste numa defesa tanto da existência de uma realidade *sui generis* não redutível à realidade biológica ou psicológica (i.e., de uma ontologia propriamente social) quanto da necessidade de uma ciência com métodos próprios de investigação desta realidade - fundamente-se em uma concepção de observação e de experiência altamente incompatíveis com uma ontologia que lida com objetos não diretamente observáveis, como é o caso dos fatos sociais.

Inconsistências à parte, uma reflexão metodológica que relacione os elementos empíricos, teóricos e metateóricos em obras substantivas como *Da Divisão Social do Trabalho* ou *O Suicídio*, possibilitam estabelecer a distância entre aquilo que Durkheim diz que faz em suas práticas de pesquisa e aquilo que de fato faz - o que, incidentemente, aponta, mais uma vez, para a importância das reflexões metodológicas (cf. Hamlin e Brym, 2006). Obras como *O Suicídio* (2000) nos permitem perceber que sua teoria baseia-se não em uma epistemologia positivista decorrente de uma ontologia empirista, mas em uma perspectiva realista segundo a qual o real não se reduz ao observável, gerando conseqüências importantes para a ênfase na observação direta, no uso dos métodos estatísticos e no próprio método comparativo, tomado de empréstimo de John Stuart Mill, todos presentes nas Regras.

De acordo com Durkheim (2000: 4), *O Suicídio* deve ser percebido como a aplicação concreta das principais questões metodológicas descritas em seu trabalho anterior, *As Regras do Método Sociológico*. Apesar disso, o próprio Durkheim afirma que o estudo do suicídio requer uma “inversão” do método descrito nas Regras: em lugar de estabelecer o caráter social do suicídio (ou seja, de identificá-lo como um fato social) por meio de uma classificação morfológica (com base em suas características exteriores observáveis), os tipos de suicídio só podem ser identificados por meio de uma classificação etiológica, i.e., da identificação de causas sociais particulares que dão origem a diferentes tipos de suicídio (Durkheim 2000: 166-69). Assim, embora ele posteriormente efetue uma classificação morfológica do suicídio com base em suas características manifestas (melancolia, apatia, irritação, raiva etc.), o procedimento coloca duas questões importantes. Em primeiro lugar, sugere a impossibilidade da identificação e classificação dos fatos sociais conforme prescrito nas Regras. Para o autor (Durkheim, 2000: 166-67), definir os fatos sociais relativos ao suicídio com base em suas características externas e imediatamente observáveis não é factível porque seria necessário uma grande quantidade de descrições relativas a: a) os estados psicológicos das vítimas no momento em que decidiram se matar e, b) como elas prepararam e executaram o ato suicida. Seu argumento é o de que, mesmo quando tais descrições estão disponíveis (em cartas ou bilhetes deixados pelo suicida), elas não são confiáveis porque o indivíduo pode não estar consciente de seu verdadeiro estado psicológico. Neste sentido, e em conformidade com sua ontologia social emergentista e não reducionista, Durkheim sugere que tais fatos sociais devem primeiramente ser identificados com base em causas subjacentes que só podem ser estabelecidas por meio de argumentos teóricos, e não por meio da observação de suas características empíricas manifestas.

Em segundo lugar, a classificação morfológica posteriormente estabelecida sugere que a causa subjacente a uma “corrente suicidógena” particular também explica os estados psicológicos dos suicidas (por ex., ao estabelecer teoricamente que a anomia pode produzir um tipo particular de apatia, ela própria, indutora de suicídio). Como Steven Lukes (1973: 219) argumenta, entretanto, levar esse *insight* a sério significaria complementar a teoria de Durkheim com uma teoria sociopsicológica da tendência ao suicídio. Essa teoria permitiria estabelecer como um tipo de organização social específico pode tornar os indivíduos mais ou menos propensos ao suicídio na medida em que possibilitaria compreender os significados associados a ele e, portanto, como o suicídio pode representar um tipo particular de resposta emocional às pressões sociais. Neste sentido, fica claro que o foco exclusivo de Durkheim no caráter independente e objetivo dos fatos sociais ocorre em detrimento de elementos subjetivos ou motivacionais que não podem ser ignorados pela sociologia, muito embora tais fatores constituam a base tanto de sua classificação morfológica, quanto de sua definição de suicídio como “qualquer morte resultante, direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo da própria vítima, que sabe que produzirá tal resultado” (Durkheim, 2000: 14). Isso, por seu turno, imediatamente coloca um problema relativo aos métodos e técnicas de pesquisa: como obter acesso a esses significados que estão ausentes

das estatísticas oficiais utilizadas por Durkheim. É justamente aí que adquire relevância o desenvolvimento de métodos qualitativos voltados para a compreensão de significados, seja numa dimensão subjetiva, seja numa dimensão cultural.

Embora essas reflexões não tenham a pretensão de exaurir as questões metodológicas suscitadas por Durkheim e pela leitura de sua obra, como no caso precedente, elas nos permitem perceber que as dimensões empírica, teórica e metateórica se implicam mutuamente no processo de pesquisa, e que refletir sobre essas implicações - seja com o propósito de efetuar uma crítica teórica, seja de questionar os resultados produzidos a partir da pesquisa empírica - é tarefa da metodologia.

Se uma mistura de elementos cientificistas e humanistas estão presentes na obra de Durkheim - colocando limites ao estabelecimento de uma sociologia puramente positivista - isso é feito de forma explícita na obra de Max Weber que, por esta razão, contribui grandemente para a ascensão de uma perspectiva contra-hegemônica no seio da própria sociologia.

A obra metodológica de Weber pode ser considerada uma resposta ao Debate sobre o Método (*Methodenstreit*) que dividia o campo intelectual alemão do final do século XIX em dois lados opostos: o campo positivista (representado sobretudo pela Escola Austríaca de Economia), e o campo anti-positivista (que se dividia entre as diversas tradições historicistas, por um lado, e o neo-kantismo, por outro). A resposta de Weber constitui uma espécie de síntese entre posições naturalistas e antinaturalistas,<sup>5</sup> estabelecendo o objeto da sociologia como a ação social: “sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos” (Weber, 1991: 3). De um ponto de vista epistemológico,<sup>6</sup> todo fenômeno humano que constitui o domínio das ciências da cultura, i.e, todo fenômeno produto de ações intersubjetivamente orientadas, é significativo, devendo não apenas ser descrito do ponto de vista de suas manifestações exteriores, mas apreendido do ponto de vista de suas orientações internas (subjetivas). Mas, como enfatiza Guy Oakes (1988), dado que o que interessa à sociologia é a ação social, i.e., a ação orientada em função da expectativa de uma resposta, o significado em questão não é apenas subjetivo, mas intersubjetivo, ou cultural - uma posição que Weber nem sempre consegue manter ao defender que o indivíduo é o único portador de sentido e, portanto, o átomo da análise social.

Os significados, estabelecidos a partir do “valor relevância” que um determinado fenômeno assume tanto para o sujeito cognoscente quanto para os sujeitos estudados (cf. Weber, 1977), devem ser compreendidos, interpretados teoricamente - o que, por si só, já coloca limites ao empirismo positivista -. De fato, existe um paralelismo entre os termos “compreender” (*Verstehen*) e “conceituar” (*Begreifen*) e, num sentido importante, a teoria do conhecimento que embasa a metodologia weberiana é uma teoria de formação de conceitos (cf. Rickert, 1987). Daí a importância conferida aos tipos ideais e a ênfase em seu caráter heurístico, e não descritivo, caracterizando-os mais propriamente como modelos do que como conceitos.

Apesar disso, Weber não nega a necessidade de consideração de objetos e processos alheios ao sentido que, em suas palavras, constituem “ocasião, resultado, estímulo ou obstáculo à ação humana” (Weber, 1991: 5). É aí que se apresenta a possibilidade da inclusão de processos causais e *quasi-causais* (funcionais) externos à ação com base em um conhecimento ontológico (acerca dos dados pertencentes à situação) e nomológico (relativo às maneiras como os atores normalmente agem em uma dada situação). Isso, por seu turno, leva à defesa do uso da explicação baseada em leis causais, entendidas como “probabilidades típicas”, isto é, em termos tipicamente humeanos (leis causais entendidas como conjunções constantes entre eventos, não como tendências, como na obra de Marx). Na medida em que os tipos ideais construídos com base numa relação causal não apenas possível (“possibilidade objetiva”), mas provável (“causalidade

---

<sup>5</sup> Os ensaios metodológicos sobre Roscher e Knies (Weber, 1992) são particularmente ilustrativos da tentativa weberiana de reconciliar o subjetivismo e irracionalismo da Escola Histórica com o objetivismo e racionalismo naturalistas de Menger via neo-kantismo.

<sup>6</sup> De fato, não se trata de uma posição puramente epistemológica, pois, embora Weber tenha claramente se posicionado em conformidade com os neo-Kantianos da Escola de Baden, que defendiam que um mesmo objeto poderia ser “natureza” ou “cultura” dependendo dos elementos enfatizados na em sua conceituação (distinção epistemológica entre ciências da natureza e ciências da cultura), a própria noção de compreensão ou *Verstehen* como um método próprio a essas últimas sugere uma distinção ontológica entre objetos significativos e não significativos.

adequada”), entre elementos ontológicos e nomológicos é estabelecida, a compreensão pode dar lugar à explicação causal, colocando de forma mais direta a necessidade de confirmação empírica dos tipos ideais construídos com base nesses processos.

Embora esta exposição seja bastante simplificada, ela deixa transparecer algumas antinomias importantes que orientaram a reflexão de um grande número de sociólogos e teóricos sociais, apontando a necessidade de se refletir sobre elas. Limitar-me-ei aqui a uma delas, que me parece central à questão que guiou boa parte das preocupações dos sociólogos até, pelo menos, o fim da hegemonia positivista: a relação entre naturalismo (positivista) e anti-naturalismo. Como argumentou William Outhwaite (1986) o papel da compreensão como simples recurso para a formação de hipóteses causais foi enfatizado pelos intérpretes positivistas de Weber, notadamente por Theodore Abel. Dado que, para os positivistas, o processo de formação de hipóteses é irrelevante,<sup>7</sup> não haveria nada de realmente distintivo nas ciências sociais em relação às naturais. Otto Neurath, um dos membros principais do positivismo lógico do Círculo de Viena, chega mesmo a afirmar que o *Verstehen* pode ser tão importante para o cientista quanto “uma boa e reanimadora xícara de café” (apud Outhwaite, 1986), ou seja, não há nada neste procedimento que possa ser caracterizado como metodológico.

Outros consideram que o *Verstehen* é também um método - e um método próprio às “ciências sociais”<sup>8</sup> - não apenas quando permite estabelecer o significado das relações de causalidade encontradas na realidade empírica (e neste sentido a compreensão ocorreria no fim, e não no início do processo de pesquisa), mas, sobretudo, quando se apresenta como um substituto a ela. Este é, por exemplo, o caso de Peter Winch (1958), que questiona a idéia de que o *Verstehen* é logicamente incompleto, devendo ser complementado por um método naturalista baseado em generalizações. Para ele, uma interpretação equivocada deve ser substituída por uma interpretação melhor, não por algo logicamente diferente.<sup>9</sup>

## A Internacionalização da Sociologia e a Hegemonia Positivista

Este tipo de debate, iniciado pela primeira geração de sociólogos europeus, foi retomado pelos pioneiros estadunidenses, cujo papel no processo de institucionalização e internacionalização da sociologia não pode ser ignorado. Como é bem conhecido, a internacionalização da sociologia, e das ciências sociais em geral, deveu muito não apenas à sociologia estadunidense, mas ao governo dos EUA e a grandes fundações, como a Ford e a Rockefeller, além de organizações internacionais como a Unesco, particularmente no Pós-Guerra. Bolsas de estudo, financiamentos de instituições novas ou já existentes, ajudaram a disseminar concepções específicas de sociologia, particularmente de tendências empíricas e quantitativas<sup>10</sup> (Drouard, 1989).

<sup>7</sup> Como defende Popper (1968), não importa se nossas hipóteses são extraídas de nossas teorias, da observação empírica, ou se simplesmente tropeçamos nelas: de um ponto de vista metodológico, o que realmente conta é se elas são falsificáveis.

<sup>8</sup> O termo aparece aqui entre aspas porque, para algumas dessas tradições, como é o caso do neo-idealismo de Peter Winch, o caráter compreensivo da sociologia caracteriza-la-ia como uma espécie de filosofia (epistemologia), não de ciência.

<sup>9</sup> Esta visão também não é isenta de problemas, dado que exclusão de relações causais do domínio da sociedade humana confere uma forma muito particular à compreensão advogada por Winch. As conexões lógicas envolvidas nas ciências sociais dizem respeito a conceitos, não a eventos empíricos, e tais conexões apresentam um caráter intrínseco (ou necessário), no sentido de que a existência dos fenômenos sociais não apenas é dependente dos conceitos usados para descrevê-los, mas idêntica a eles. O ideal e o real parecem coincidir de forma absoluta. Se é este o caso, apesar das afirmações de Winch em contrário, a linguagem dos cientistas sociais deve coincidir com a linguagem “nativa” - o que levaria ao questionamento da utilidade das ciências sociais.

<sup>10</sup> Esta influência pode inclusive ser notada nos projetos de criação de Programas de Pós-Graduação no Brasil, como foi o caso do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e do Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Em relação ao primeiro, a possibilidade de obtenção de recursos junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), USAID e Fundação Ford estava fortemente atrelada à criação de laboratórios de pesquisa aplicada, justificadas, em documento relativo à criação do PIMES, mediante “a pouca atenção dada aos problemas concretos da realidade brasileira, ausência de estudo empírico sistemático dessa realidade e a persistência de orientações ideológico-dogmáticas” (Souto Maior, 2005: 28). Ironicamente, dada a forte resistência de alguns setores da Universidade à ajuda externa estadunidense durante a ditadura militar - “não é conveniente entregar nossos alunos para serem transformados em técnicos” (apud Souto Maior, 2005: 47) -, em mais de um caso, bolsas de doutorado da Fundação Ford, consideradas “suspeitas” pela esquerda, foram

Dos três principais núcleos de produção sociológica nos Estados Unidos da primeira metade do século XX, as Universidades de Chicago, de Harvard e de Colúmbia – representadas pela Escola de Chicago, Parsons e Lazarsfeld, respectivamente – pode-se afirmar que todas elas demonstraram preocupações relativas ao status científico das ciências sociais, ainda que de perspectivas totalmente distintas. A primeira, fortemente influenciada pelo pragmatismo e pela tradição interpretativa alemã, notadamente Simmel e Weber, enfatizava o uso de métodos qualitativos como a observação participante e, no que pode ser considerado o primeiro grande clássico da sociologia empírica norte-americana (*The Polish Peasant*, de W.I. Thomas e Florian Znaniecki), o uso de histórias de vida construídas a partir de documentos pessoais, como correspondências privadas (Alexander, 1982; Lewis & Smith, 1980). De um ponto de vista teórico, propriamente dito, o foco recaía sobre as relações entre sociedade e personalidade, em grande medida informadas por concepções alargadas de experiência e de observação que garantiam, por exemplo, o lugar da introspecção e da subjetividade nas relações entre sociedade e personalidade e, portanto, na agência humana. Apesar disso, essa tradição permanece sub-representada na sociologia por um longo período, só sendo efetivamente incorporada ao *mainstream* sociológico a partir da década de 1960.

As relações entre personalidade e sociedade também foram enfatizadas por Parsons, mas com vistas à construção de um grande esquema teórico baseado em uma concepção de teoria como dedutiva, conceitualmente precisa e capaz de apresentar conexões lógicas entre seus elementos analíticos e os fatos empíricos a que elas se referem (Parsons, 1937). Isto caracterizaria o seu “realismo analítico”, ou uma concepção que se afasta do empirismo, ao defender a ideia de que os fatos são sempre observações efetuadas em termos de um esquema conceitual, e do idealismo presente na concepção weberiana de tipos ideais em termos ficções úteis ou de meros recursos heurísticos. A tentativa de incorporação de uma perspectiva subjetivista ou voluntarística (posteriormente tratada por Parsons em termos da internalização de uma ordem normativa objetiva e da interpretação de variáveis padrão), aliada a uma concepção de sociedade como um sistema estrutural-funcional (Parsons, 1991) ajudam a disseminar uma sociologia com características muito particulares. Uma concepção de indivíduo hiperssocializado, por um lado, uma concepção de sociedade normativamente integrada, por outro: ambas apontam para uma desconsideração de qualquer aspecto não-normativo como elemento explicativo da reprodução e transformação dos sistemas sociais. Mais importante para os propósitos deste artigo, a concepção de teoria defendida e disseminada por Parsons é particularmente compatível com a ideia de que uma ciência social quantitativa provê o instrumental necessário à aplicação de um modelo de ciência natural à sociologia (Manicas, 2007).

A terceira vertente, que Christopher Bryant se refere como “positivismo instrumental”<sup>11</sup>, reforça e dissemina as tendências quantitativistas e cientificistas da sociologia, tornando-se uma espécie de paradigma dominante no seio da sociologia empírica. Seu maior representante, Paul Lazarsfeld, estabelece um claro paralelo entre o positivismo instrumental e o empirismo lógico do Círculo de Viena se considerarmos que ambas buscavam um mesmo objetivo: o esclarecimento da linguagem científica, no sentido de afastá-las de conceitos imprecisos e pouco claros utilizados pela filosofia e pelo senso comum (Hamlin, 2002). De fato, foram as preocupações de Lazarsfeld com a linguagem das ciências sociais que transformaram a metodologia no cerne de seu trabalho.

Para Lazarsfeld, a metodologia deve ser diferenciada de uma filosofia das ciências sociais por sua dimensão descritiva: implica que “estudos concretos são escrutinados em relação aos procedimentos que utilizam, aos pressupostos que fazem, aos modos de explicação que consideram satisfatórios. A análise metodológica, neste sentido, provê os elementos sobre os quais uma futura filosofia das ciências sociais pode ser construída (Lazarsfeld, 1955: 04). Além disso, a metodologia não pode ser reduzida à tecnologia e não tem valor normativo: ela “não tem como propósito impor

---

mobilizadas para estudantes considerados subversivos pelo serviço de segurança da SUDENE a fim de minimizar a suspeita de “comunismo” que recaía sobre eles (Ibid.).

<sup>11</sup> “É instrumental na medida em que restringe a pesquisa social apenas àquelas questões que os limites dos instrumentos de pesquisa permitem, e é positivista na medida em que essa restrição autoimposta é indicativa de uma determinação, por parte dos sociólogos, de se submeter a rigores comparáveis àqueles atribuídos às ciências naturais” (Bryant, 1985: 133).



cânonos à pesquisa empírica. “Só pode ser uma sistematização de práticas correntes” (Boudon e Lazarsfeld, 1965: 23).

Ironicamente, sua preocupação com o esclarecimento e a purificação da linguagem das ciências sociais acaba por se tornar responsável por uma ênfase quase que exclusiva no desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa e na conseqüente redução da metodologia à tecnologia. Para ele - contrariamente a autores interpretativistas como Schutz, por ex., para quem os conceitos sociológicos são construções de segunda ordem baseadas na linguagem cotidiana dos atores sociais - a linguagem do senso comum é muito vaga e imprecisa e o que ele chamou de “análise semântica” constituía a principal tarefa da metodologia. Dadas suas preocupações com a pesquisa empírica e com a análise estatística, esta tarefa assumiu a forma de uma tradução dos conceitos da vida cotidiana em unidades mensuráveis - numa clara preocupação com a objetividade e que assume uma dimensão normativa, não mais simplesmente descritiva.

De forma bastante resumida, pode-se descrever esse processo em termos da transformação de conceitos em variáveis,<sup>12</sup> o que ocorre em quatro passos: uma imagem inicial do conceito, especificação do conceito, seleção de indicadores e a combinação de indicadores em índices. Os conceitos da vida cotidiana referem-se a construtos bastante vagos que podem ser formulados com base na “percepção de que diversos fenômenos distintos possuem alguma característica subjacente em comum” (Lazarsfeld, 1993: 240). Eles constituem o ponto de partida para a construção das variáveis a serem utilizadas em um estudo empírico. No nível da especificação do conceito, demonstra-se que este “consiste em uma combinação complexa de fenômenos, e não num item simples e diretamente observável” (Ibid.). Neste sentido, o conceito deve ser analisado em uma série de dimensões, aspectos ou componentes. Depois de especificadas as dimensões dos conceitos, o cientista social deve encontrar os indicadores de cada uma dessas dimensões e cada indicador terá uma relação meramente probabilística, e não absoluta, com o conceito, de forma que muitos indicadores devem ser identificados. A formação de índices, por seu turno, opera como uma espécie de síntese, no sentido de que, juntos eles provêm a especificidade do conceito.

Como sempre ocorre, essas considerações não estão descoladas de uma ontologia social específica, embora a relação entre a formação de conceitos e índices, por um lado, e uma ontologia social, por outro, só fique clara por meio de um exame mais detalhado dos primeiros. Lazarsfeld estava consciente das dificuldades envolvidas no fluxo entre conceitos e formação de índices: alguns conceitos (como o de sociedade, por ex.) são simplesmente muito abstratos para serem incorporados de forma não problemática em uma proposição como a formação de índices. A solução que ele encontra para este problema é uma que reconhece não ser plenamente satisfatória: ele tenta definir um modelo estrutural em termos de “proposições contextuais”, i.e., de proposições que contem pelo menos três variáveis, pelo menos uma das quais refere-se a uma propriedade coletiva cujas variações afetam as outras duas. A solução não é adequada porque ele parece incapaz de uma definição de coletividade: por um lado, considera que “qualquer discussão sobre um coletivo requer a especificação clara dos seus membros” (Lazarsfeld, 1993: 188); por outro, reconhece que essa redução nem sempre é possível: “proposições sobre coletivos são por vezes utilizadas como substitutos para proposições sobre pessoas individuais simplesmente porque os dados necessários sobre os indivíduos não estão disponíveis” (Lazarsfeld, 1993: 175). Daí a ontologia nominalista a que, num debate clássico entre Popper e Adorno, este último se referirá como o “subjetivismo” (no sentido de individualismo) do positivismo.<sup>13</sup>

## O Fim do Cientificismo e a Crítica à Metodologia

Para Adorno (1976: 8), o positivismo subjetivista “(...) considera como seu ponto de partida as opiniões, formas de comportamento e a autocompreensão dos sujeitos individuais e da sociedade. Em tal concepção, a sociedade é simplesmente aquilo que deve ser investigado

---

<sup>12</sup> Embora Lazarsfeld (1993: 237) afirme preferir o termo “variante” em lugar de “variável” - para indicar que não se trata de algo puramente quantitativo e incluir o *ranking* e outros atributos qualitativos - a forma como o termo variável é hoje utilizada torna essa distinção desnecessária.

<sup>13</sup> Certamente que isso não se aplica ao positivismo francês e suas tendências coletivistas que, conforme sugerido na seção sobre Durkheim, coloca sérios limites ao empirismo.

estatisticamente: a consciência ou inconsciência media dos sujeitos sociais e socializados, e não o meio no qual eles se movem”.

A posição de Adorno aponta para a importância atribuída às reflexões metodológicas por parte da Escola de Frankfurt, que teve importante papel no fim da hegemonia positivista. Longe de assumirem uma postura anticientífica, os membros do grupo se opuseram de diferentes formas tanto aos ataques neo-idealistas e neo-românticos à ciência, quanto à sua redução positivista: “rejeitaram o objetivo de certas ‘pseudo-ciências’ denegar evidências empíricas em favor de supostas ‘essências’, além de todas as aparências, e enfaticamente defenderam ‘a atividade científica de incorporar eventos em contextos mais gerais e concebê-los sob regras’ como uma questão legítima e útil” (Gebhardt, 1993: 372-73). Mas também defendiam a idéia de que toda ciência deve ter sua própria metaciência - seja porque esta não dá conta de questões existenciais que colocam em xeque concepções como verdade, utilidade, progresso, etc. seja pelos riscos de tornar-se uma forma de vida totalizadora e irracional (cf. Horkheimer e Adorno, 1991). Em outras palavras, trata-se da abertura para uma divisão ontológica do mundo não mais em termos metodológicos, mas em termos das condições sócio-históricas que a pressupunha e era moldada por ela, ampliando as reflexões sobre o conhecimento científico para além das referências dadas pela própria ciência.

De uma perspectiva metodológica, entretanto, embora certamente os teóricos da Escola de Frankfurt não tenham sido os únicos responsáveis pelo fim da hegemonia positivista nas ciências sociais e da conseqüente subordinação daquelas tradições orientadas por uma perspectiva menos limitada de ciência, sem dúvida alguns autores como Habermas fizeram muito pela sua incorporação ao *mainstream* sociológico. Sua consideração de abordagens não convencionais como a fenomenologia (Schutz), a etnometodologia (Garfinkel e Cicourel), a filosofia lingüística (Wittgenstein e Winch) e a hermenêutica (Gadamer) (cf. Habermas 1988) contribuiu grandemente para o declínio do positivismo e a ascensão do interpretativismo, com conseqüências particularmente marcantes para a teoria social entre as décadas de 1970 e 1980 e para a valorização dos métodos qualitativos, hoje amplamente utilizados em conjunção com métodos quantitativos.

Por fim, com a ascensão das tradições pós-modernas e pós-estruturalistas a partir das duas últimas décadas do século XX, o movimento de expansão das questões metodológicas ilustrados pela Escola de Frankfurt foi amplamente desenvolvido. De forma geral, pode-se afirmar que o questionamento da filosofia analítica pelas tradições mais linguisticamente orientadas fez com que os debates metodológicos não mais possam ser pensados sem se considerar a crítica aos próprios elementos da tradição iluminista que davam sustentação àquelas discussões. Aquilo que Seyla Benhabib (1995) chama de morte da metafísica, morte do sujeito e morte da história terminaram por minar as referências da ciência como as únicas a serem consideradas. Questões relativas aos significados da ciência, de suas instituições, tecnologias, aplicações e outros elementos relativos à cultura e à prática científica passaram a ser questionados por meio de disciplinas interpretativas como a psicanálise, a crítica literária, os estudos pós-coloniais, dentre outras. Isso significa que as reflexões sobre a produção de conhecimento científico não podem ficar confinadas à metodologia, mas devem incluir elementos que questionem os próprios fundamentos da ciência ocidental.

Essas questões, embora transcendam preocupações metodológicas num sentido mais estrito (i.e., relativas à pesquisa), têm sido incorporadas de diversas formas pela metodologia das ciências sociais. Assim, por exemplo, a “morte da história” gera a necessidade de se refletir sobre noções como progresso, universalidade, relativismo e outras, caras à teoria social; a “morte do sujeito”, gerada pelo questionamento da distinção cartesiana entre sujeito e objeto, inevitavelmente coloca questões relevantes para o problema metodológico da objetividade; a centralidade da desconstrução, decorrente da crítica de uma “metafísica da presença”, leva ao desenvolvimento de uma teoria do discurso que necessariamente se apresenta como teoria e como método de compreensão dos não-ditos, das forclusões, dos intertextos etc. Como se pode perceber, a crítica à metodologia decorrente do questionamento dos fundamentos da filosofia ocidental moderna termina por reafirmar, ainda que de maneira totalmente diversa da anterior, a importância da metodologia nas ciências sociais. Mas isso é assunto para um outro artigo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ADORNO, Theodor (1976). *The Positivist Dispute in German Sociology*. Londres: Heinemann.
- ALEXANDER, Jeffrey (1987). *Twenty Lectures: Sociological Theory Since World War II*. Nova York: Columbia University Press.
- BENHABIB, Seyla (1995). "Feminism and Postmodernism: an uneasy alliance". In: Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell, Nancy Fraser. *Feminist Contentions: a philosophical exchange*. Londres: Routledge.
- BENTON, Ted (1977). *Philosophical Foundations of the Three Sociologies*. Londres e Boston: Routledge and Kegan Paul.
- BOUDON, Raymond y Paul LAZARSFELD (1965). *Le Vocabulaire des Sciences Sociales: Concepts et Indices*. Paris: Mouton.
- BRYANT, Christopher (1985). *Positivism in Social Theory and Research*. Hampshire e Londres: MacMillan.
- DROUARD, Alain (1989). "The Development of Sociology in France after 1945". In: N. Genov (ed.) *National Traditions in Sociology*. Londres: Sage.
- DURKHEIM, Émile (1980). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_ (2000). *O Suicídio: Estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAUSTO-STERLING, Anne (2000). *Sexing the Body: gender politics and the construction of sexuality*. Nova York: Basic Books.
- GEBHARDT, Eike (1993). "Methodology". In: Andrew Arato e Eike Gebhardt (Eds), *The Essential Frankfurt School Reader*. Nova York: Continuum Books.
- GERRING, John (2001). *Social Science Methodology: a criterial framework*. Cambridge: CUP.
- HABERMAS, Jürgen (1988). *On the Logic of the Social Sciences*. Cambridge: Polity Press.
- HALFPENNY, Peter (1982). *Positivism and Sociology: explaining social life*. Londres: George Allen & Unwin.
- HAMLIN, Cynthia (2002). *Beyond Relativism: Raymond Boudon, cognitive rationality and critical realism*. Londres: Routledge.
- HAMLIN, Cynthia; BRYM, Robert (2006). "The Return of the Native: A Cultural and Social-Psychological Critique of Durkheim's Suicide Based on the Guarani-Kaiowá of Southwestern Brazil". *Sociological Theory*, Vol 24, no. 1, março.
- HIRSH, Elizabeth; OLSON, Gary (1995). "Starting from Marginalized Lives: A Conversation with Sandra Harding". *JAC* Vol. 15 No. 2. Disponível em: [http://www.jacweb.org/Archived\\_volumes/Text\\_articles/V15\\_I2\\_Hirsh\\_Olson\\_Harding.htm](http://www.jacweb.org/Archived_volumes/Text_articles/V15_I2_Hirsh_Olson_Harding.htm) Consultado em 10 de abril de 2010.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor (1991). "O conceito de Iluminismo". In: *Horkheimer/Adorno. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- JONES, Robert (1986). *Emile Durkheim: An Introduction to Four Major Works*. Londres: Sage.

KUHN, Thomas (1989). *A Tensão Essencial*. Lisboa: Edições 70.

LAZARFELD, Paul (1993). *On Social Research and its Language*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

LAZARFELD, Paul; ROSEMBERG, Morris (1955). *The Language of Social Research: a reader in the methodology of social research*. Nova York: The Free Press.

LEWIS, David y Richard SMITH (1980). *American Sociology and Pragmatism: Mead, Chicago sociology, and symbolic interaction*. Chicago: University of Chicago Press.

LUKES, Steven (1973). *Emile Durkheim, His Life and Work: A Historical and Critical Study*. Londres: Penguin Books.

MANICAS, Peter (2007). "The Social Sciences since World War II: the rise and fall of scientism". In: William Outhwaite e Stephen P. Turner (Eds) *The Sage Handbook of Social Science Methodology*. Londres: Sage.

MARX, Karl (1985). "O Método da Economia Política". In: A. Giannotti (org), *Marx: Manuscritos Econômicos e Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril.

\_\_\_\_\_ (2010). *Capital: A critique of political economy*. Vol 1. Nova York: Pacific Publishing Studio.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (1998). *The German Ideology*. New York: Prometheus Books.

OAKES, Guy (1988). *Weber and Rickert: Concept formation in the cultural sciences*. Cambridge, MA: The MIT Press.

OUTHWAITE, William (1986). *Understanding Social Life: The method called Verstehen*. Lewes: The Beacon Press.

OUTHWAITE, William; TURNER, Stephen P. (2007). "General Introduction". In: William Outhwaite e Stephen P. Turner (Eds) *The Sage Handbook of Social Science Methodology*. Londres: Sage.

PARSONS, Talcott (1949). *The Structure of Social Action: A study in social theory with special reference to a group of certain European writers*. Nova York e Londres: The Free Press.

\_\_\_\_\_ (1991). *The Social System*. Londres: Routledge.

POPPER, Karl (1968). *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson

RICKERT, Heinrich (1987). *The Limits of Concept Formation in Natural Science: A logical introduction to the historical sciences*. Cambridge: CUP.

SOUTO MAIOR, Heraldo (2005). *Para uma História da Sociologia em Pernambuco: A Pós-Graduação, 1963-2004*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

WEBER, Max (1977). *Critique of Stammer*. Londres: The Free Press.

\_\_\_\_\_ (1991). *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Ed. UnB.

\_\_\_\_\_ (1992). *Metodologia das Ciências Sociais*. Vol 1. Campinas: Ed. da Unicamp.

WINCH, Peter (1958). *The Idea of a Social Science: and its relation to philosophy*. Londres: Routledge.

WRIGHT MILLS, Charles (1982). *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

**Autora.**

*Cynthia Lins Hamlin.*

Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Brasil.

Doutora em Pensamento Social e Político, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: [cynthiamlin@hotmail.com](mailto:cynthiamlin@hotmail.com)

**Citado.**

HAMLIN, Cynthia Lins (2011). "Breve Metametodologia das Ciências Sociais". *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación -ReLMIS*. Nº1. Año 1. Abril - Sept. de 2011. Argentina. Estudios Sociológicos Editora. ISSN 1853-6190. Pp. 8 - 20. Disponible en: <http://relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/7/10>

**Plazos.**

Recibido: 22 / 02 / 2011. Aceptado: 08 / 04 / 2011.